

Capítulo 1 - Primeiras aproximações entre psicologia e educação em São Paulo: a medicalização das dificuldades escolares

*Alacir Villa Valle Cruces
Carmem Silvia Rotondano Taverna
Marilene Proença Rebello de Souza*

Introdução

O estado de São Paulo apresenta-se como um ente federativo do Brasil com o maior PIB - Produto Interno Bruto *per capita* do país, possuindo uma das maiores redes de educação da América Latina com 3,5 milhões de estudantes e 250 mil servidores e professores (SEDUC, Planejamento Estratégico, 2019). Tomando como marco histórico a redemocratização do Estado por meio de eleições diretas ao Governo e para a Assembleia Legislativa, ocorrida em 1983, passou a implantar e implementar um conjunto expressivo de políticas educacionais visando, principalmente, reduzir os altos índices de repetência e de abandono escolar, bem como incidir sobre a melhoria da qualidade da formação docente. Várias pesquisas realizadas pelas Universidades Estaduais Paulistas e pela Fundação Carlos Chagas revelam tal movimento no campo da educação (Gatti, 1996; 2008; Viégas & Angelucci, 2006).

Nesse processo histórico, encontra-se a participação da Psicologia enquanto área de conhecimento que tem pautado parte de suas pesquisas e intervenções no campo da Educação Básica. Assim, neste capítulo, pretendemos realizar um resgate histórico das relações entre a Psicologia e a Educação focando, eminentemente, as contribuições da Psicologia às políticas públicas em educação no Estado de São Paulo. Trata-se de parte de um projeto maior, que tem como objetivo levantar e analisar, por meio de documentos disponíveis, de que forma, em que períodos e em que condições a Psicologia contribuiu para a construção de políticas públicas em educação.

A proposta inicialmente desenhada envolvia o levantamento e a análise das atividades desenvolvidas por psicólogas (os) na Secretaria da Educação do Estado de São Paulo (SEDUC), ao longo dos 60 anos de regulamentação da profissão. Porém, ao realizar esse levantamento percebemos a necessidade

de compreender elementos que foram encontrados em documentos anteriores à regulamentação da profissão, tendo em vista que saberes psicológicos¹, atividades em psicometria, em diagnósticos e tratamentos de dificuldades escolares são encontrados na literatura educacional, ao longo de nossa história, mas, principalmente a partir do início do século XX. Já à época os estudos e as atividades impulsionaram e fundamentaram a proposição de projetos de Lei, de medidas e de ações educativas desenvolvidas por filósofos, pedagogos, médicos e especialistas em Psicologia Educacional, na educação pública, como se poderá ver a partir dos registros do Diário Oficial do Estado de São Paulo.

Diante desses elementos, optou-se por descrever e analisar as contribuições da Psicologia à Educação, encontradas mesmo antes da regulamentação da primeira como profissão, para melhor compreensão de um processo que outros autores já analisaram (veja, entre outros, Elcie Masini, 1981; Maria Helena Souza Patto, 1993; Marilene Proença Rebello de Souza 1996; Mitsuko Aparecida Makino Antunes, 1999; Carmem Silvia Rotondano Taverna, 2003 e 2009; e Deborah Rosaria Barbosa, 2011) e com o qual se pretende contribuir.

Partindo dessas informações descreveremos, inicialmente, as referências e os documentos que envolvem a psicologia científica em seus diversos formatos, inclusive e principalmente na formação de professores e na criação de laboratórios de Psicologia Experimental junto às Escolas Normais². Pode-se verificar que atividades baseadas na ciência psicológica contribuíram de modo importante para as políticas públicas vinculadas à Secretaria da Educação do Estado de São Paulo e, mais do que isso, elas também foram moldando uma determinada prática profissional em Psicologia Escolar e Educacional, posteriormente criticada por concepções relativas à inteligência, à aprendizagem e ao desenvolvimento infantil que contribuíram para a patologização dos comportamentos, para a medicalização e estigmatização de crianças e jovens. Essas práticas, além de não garantirem a entrada e a

¹ Usaremos o termo saberes psicológicos, seguindo Marina Massimi (2016), que designa como saberes psicológicos temas, objetos, métodos e atores de conhecimentos difundidos, informal e formalmente, por diversas áreas do conhecimento, ao longo de nossa História, e que, depois da instituição da Psicologia como ciência independente passaram a fazer parte dessa nova área.

² Eram denominadas de Escolas Normais aquelas que tinham como objetivo a formação e o preparo de professores para a educação básica.

permanência de muitos deles na escola, cerveavam-lhes o direito de aprender e de se desenvolver integralmente, em função dos rótulos e das limitações que lhes eram impostas.

A primeira fonte de coleta de dados selecionada para atingir esse objetivo foi a busca, no Diário Oficial do Estado (disponível no site: <http://www.imprensaoficial.com.br/#26/10/2022>), de matérias e documentos oficiais, utilizando-se as palavras-chave “psicólogos na educação”. Todas as matérias que apareceram a partir dessa busca foram lidas, excluindo-se aquelas que não estivessem relacionadas diretamente ao nosso objetivo. Das selecionadas foram extraídas as informações que nos permitissem conhecer e avaliar de que forma a psicologia se fez presente na educação pública do Estado de São Paulo à época do documento estudado.

Durante a leitura de documentos encontrados por meio dessa busca, já em 1892, nos deparamos com a palavra “psicologista”, que designava o profissional que baseava sua atuação na Psicologia científica, e ampliamos nossa busca nos documentos, utilizando também a palavra-chave “psicologista.”

As publicações arquivadas por meio eletrônico nesta plataforma iniciam em 1890 e seguem até os dias atuais. A busca com as palavras-chave “psicólogos na educação” e “psicologistas” trouxe, por exemplo, relatos de discussões em sessões plenárias, nas quais os participantes se apóiam em conhecimentos advindos da psicologia científica para fazer propostas de encaminhamentos, de ações ou projetos de Lei. Elas aparecem desde os exemplares iniciais do referido jornal, mas, como era de se esperar, as citações aumentam em número, gradativa e sensivelmente, durante todo o século passado, principalmente após a regulamentação da profissão, em 27 de agosto de 1962.

Por tratar-se de estudo ainda em andamento, neste artigo apresentaremos as primeiras atividades desenvolvidas por psicologistas e psicólogos junto ao Serviço de Higiene Mental Escolar, vinculado à Secretaria da Educação do Estado de São Paulo e algumas práticas desenvolvidas na Secretaria da Educação do Município de São Paulo.

Analisando-se as publicações encontradas, podemos verificar, como já assinalou Antunes (1999, 2004, 2006, 2008, 2011, entre outros), que a Psicologia, em nosso país, se desenvolveu a partir de necessidades advindas da educação e da medicina, principalmente na área psiquiátrica e jurídica. Pode-se

notar o interesse que essa nova ciência provocava e as inúmeras contribuições que parlamentares, médicos, educadores e demais profissionais acreditavam que ela pudesse trazer à compreensão de comportamentos considerados anormais e das pessoas que se confrontavam com as Leis. Os discursos transcritos no referido jornal, desde o início do século XX, revelam que essa ciência já era bastante conhecida e que poderia contribuir para a solução de problemas relativos à infância, à adolescência, à aprendizagem, à inteligência e demais habilidades humanas, assim como à prevenção e cura de patologias. Apesar de encontrarmos muitas matérias que se referem ao desenvolvimento infantil, a crianças abandonadas e abrigadas e a comportamentos considerados anormais, de interesse para a Medicina e para o Direito, nos deteremos, neste trabalho, àquelas vinculadas aos processos escolares.

Nas publicações encontradas até a década de 1930, que se relacionam à educação formal, pode-se verificar a busca de fundamentos psicológicos para a compreensão do desenvolvimento infantil, das funções psicológicas e das habilidades cognitivas, assim como para a aplicação desses fundamentos aos processos educacionais. Nesse sentido, propõe-se o estudo desses fundamentos em cursos de formação de professores, na expectativa de que os professores possam aplicá-los em suas salas de aula, em seu cotidiano junto de seus alunos. Observe-se, no entanto, que eles eram encontrados na Filosofia e por meio dessa disciplina eram ensinados aos futuros professores.

Centofanti (2006, p. 39) informa que na cidade de São Paulo, já em 1912, é instalado o Laboratório de Psicologia Experimental da Escola Normal Secundária, em um moderno e novo edifício na Praça da República tendo por referência o pensamento positivista para a concepção de mundo e de ser humano. Nessa perspectiva empregava-se ao homem os métodos das ciências naturais, passível de medidas, avaliações, classificações e comparações, como objeto de investigação. Buscava-se, para a educação, uma nova “Cultura Pedagógica” – novas crenças, novos valores, novos hábitos e, ainda segundo ele, São Paulo buscou uma pedagogia verdadeiramente científica importada particularmente da Itália.

Os princípios da pedagogia científica foram trazidos ao Laboratório da Escola Normal de São Paulo por Ugo Pizzoli (1914)³, inspirados no pensamento de Giuseppe Sergi, idealizador do modelo da pedagogia científica na Itália. Destaca-se o livro *Psicologia per le Scuole* (1891, apud Centofanti, 2014) dirigido à formação de professores recomendando que eles partissem de uma concepção biológica do homem para compreender seus alunos (Centofanti, 2006, p. 53).

Podemos encontrar, por exemplo, entre as notícias de 1929 (Diário Oficial do Estado de São Paulo de 05/09/1929), a abertura de inscrições para concurso para professor catedrático de filosofia para os ginásios do Estado, que tinha como temas obrigatórios para as provas o conceito de psicologia, a obra dos psicólogos modernos, a consciência, e outros temas estudados e pesquisados nos laboratórios de Psicologia. Conhecimentos sobre as funções psicológicas e suas aplicações ao ensino formal, também passam a ser exigidos dos profissionais da educação e eram adquiridos em cursos de formação de filósofos, de educadores e, inclusive, de especialistas em psicologia educacional, pois não havia cursos de formação específicos.

Numa edição de 1933 (Diário Oficial do Estado de São Paulo de 12/09/1933, p. 2), vê-se, também, a menção da psicologia como ciência que permite conhecer a criança em suas atividades e interesses cotidianos, para melhor ensiná-la, indicando novamente a importância dada a essa ciência pelos educadores. Nessa edição pode ser lida uma conferência proferida pelo Dr. Pedro de Alcântara, em que ele mostra como desenhos infantis revelam as capacidades infantis, assim como um discurso de Almeida Jr., em defesa do ensino primário obrigatório, realizado na sessão de assistência ao escolar.

Em 1938, por meio do Decreto nº 9.518, assinado em 15 de setembro (DOE de 17/09/1938, p. 3), foi organizada a Superintendência da Saúde do Escolar, subordinada ao Departamento de Educação e dirigida por um médico.

³ Centofanti (2006, p. 53) afirma que: “Ugo Pizzoli foi um médico que orientou parte de sua vida na relação da medicina com a educação. [...] Pizzoli era livre-docente em Psicologia Experimental pela Universidade de Modena. Idealizou, construiu e empregou instrumentos e aparelhos de laboratório de psicologia experimental, criando vários testes mentais [...], mas não era psicólogo. Fez aparelhos e instrumentos de laboratórios de psicologia experimental para a edificação de uma Pedagogia científica, e não de uma Psicologia científica. Será melhor definido como médico pedagogo ou como especialista em pedagogia científica”

A esse órgão competia, entre outras funções: “assistir os alunos das escolas públicas e particulares, bem como de internatos e de asilos, dando-lhes assistência médico sanitária em cooperação com diretores, professores, e outras autoridades do ensino; inspecionar os escolares, administrando-lhes cuidados médicos e médico- pedagógicos para o seu desenvolvimento físico e mental; organizar, dirigir e fiscalizar escolas e classes especializadas; organizar a assistência médico-pedagógica aos deficientes mentais; prevenir os vícios de temperamento e os distúrbios nervosos da criança escolar, corrigindo-lhes predisposições a futuras psicopatias; realizar pesquisas sobre os fatores psicopatogênicos que atuam no período infantil e sugerir os meios mais adequados de combatê-los; habilitar e aperfeiçoar técnicos, no ensino teórico e prático da higiene mental da criança e encaminhar os alunos pobres aos Dispensários Escolares, proporcionando-lhes assistência clínica geral e especializada.”

Pode-se verificar que, entre outros fatores, esse trabalho contava eminentemente com médicos, de diversas especialidades, inclusive “médicos psicanalistas”⁴. Durval Marcondes, médico de orientação psicanalítica, teve grande importância ao unir seus conhecimentos psicanalíticos às necessidades de entendimento psicológico da infância e organizou, em 1938, o Serviço de Higiene Mental Escolar, que abrigava: clínica de orientação infantil e consultórios psicológicos; classes especiais para deficientes mentais na perspectiva de oferecer-lhes desenvolvimento de acordo com seu potencial, não impondo padrões de “normalidade”. Organizou também um setor de pesquisa e ensino para formar técnicos especializados em Higiene Mental, incluindo o grupo de “educadoras sanitárias”, que trabalhava em atendimento psicológico (clínico) infantil e o serviço social psiquiátrico (Marcondes, 1946).

Para o desempenho das atribuições desse Serviço, o referido Decreto previa, também, a contratação de duas psicologistas⁵, denominação dada, à época, às profissionais especializadas em psicologia, para atuar no serviço de saúde do escolar. Este parece ser o início da atuação profissional

⁴ Título que consta nas publicações do Diário Oficial do Estado de São Paulo.

⁵ Em todas as matérias e documentos encontrados há sempre referência a psicologistas, utilizando-se o sexo feminino. Em nenhuma referência foi encontrado profissional, assim denominados, do sexo masculino, o que também é fato que deve ser melhor discutido.

especializada em Psicologia nos meios educacionais, tendo em vista o fato de que profissionais, graduados em diversos cursos, utilizavam conhecimentos psicológicos no serviço escolar.

As funções e atribuições desse órgão nos trazem importantes informações sobre como se concebia esse trabalho e como se concebia, à época, a criança, seu desenvolvimento e sua escolarização. Chamam-nos a atenção, em função das concepções de indivíduo e de desenvolvimento que elas revelam, algumas atribuições elencadas: “inspecionar os escolares”, “dirigir e fiscalizar escolas e classes especializadas”, “prevenir os vícios de temperamento e os distúrbios nervosos da criança escolar, corrigindo-lhes predisposições a futuras psicopatias”; “realizar pesquisas sobre os fatores psicopatogênicos que atuam no período infantil e sugerir os meios mais adequados de combatê-los.” Pode-se concluir, a partir delas, que a concepção de patologia estava fortemente presente e era função desse setor “curá-los” e “preveni-los” por ações autoritárias (inspecionar e fiscalizar, por exemplo).

É importante lembrar que o país vivia em regime ditatorial e esses decretos, com as atribuições assinaladas, foram assinados por um Interventor Federal no Estado de São Paulo. Diante dessas condições nos questionamos sobre o papel que caberia especificamente às psicólogas e buscamos mais elementos para responder a essa questão.

Em matéria publicada posteriormente (DOE de 05/01/1939), que dispõe sobre as atribuições e o pessoal destinado à Secção de Higiene Mental Escolar, do Serviço de Saúde Escolar, estabelece-se que serão aproveitados todos os funcionários da extinta Inspetoria de Higiene Escolar e Educação Sanitária, título que reafirma o caráter autoritário e higienista que regulava e direcionava as práticas de escolarização de crianças. Entre elas estão: a) prevenir, nos indivíduos predispostos, as futuras psicopatias, pela correção oportuna dos vícios de temperamento e dos distúrbios nervosos da criança escolar; b) organizar assistência médico-pedagógica aos deficientes mentais de modo a assegurá-lhes uma aprendizagem proveitosa e consequente elevação de seu rendimento social; c) orientar as autoridades e técnicos do ensino, médicos e demais pessoas interessadas quanto às necessidades que possam contribuir para a saúde mental presente e futura do escolar; d) realizar pesquisas sobre os fatores psicogênicos que atuam no período infantil do desenvolvimento individual e sobre os meios mais adequados de combatê-los e) proporcionar ensino teórico e prático da higiene mental da criança para habilitação e aperfeiçoamento de técnicos especializados.

Podemos considerar essas atividades, em acordo com Patto (1999 e 2004), Boarini (2003), Moysés e Collares (2010) e outros estudiosos da Educação e da Psicologia no Brasil, como higienistas, patologizadoras e medicalizantes. Medicalização foi o termo cunhado para denominar processos, como o aqui citado, que transformam problemas sociais e institucionais, tais como dificuldades de escolarização ou modos de se comportar distintos do padrão uniforme e homogêneo considerado normal, em problemas individuais e em distúrbios orgânicos ou em pretensas doenças.

As atribuições dos psicologistas ainda não estão claramente colocadas nos documentos encontrados, porém seu trabalho se mostra relevante quando vemos a regulamentação dessa função na Secretaria e a criação de dez cargos (vide Decreto nº 16.219, de 19 de outubro de 1946).

Em 1947 (DOE de 11/01/1947) pode-se encontrar Edital de convocação para todos os médicos escolares para participarem do Curso de Higiene Mental, ministrado por médicos e psicologistas, cumprindo a função de “orientar as autoridades e técnicos do ensino, médicos e demais pessoas interessadas quanto às necessidades que possam contribuir para a saúde mental presente e futura do escolar [e] proporcionar ensino teórico e prático da higiene mental da criança para habilitação e aperfeiçoamento de técnicos especializados”. Como é possível concluir, a partir da programação⁶, estabeleceu-se relação entre o nível intelectual e de ajustamento, o ambiente da criança era relacionado à sua possibilidade de desenvolvimento, assim como profilaxia e a psicoterapia faziam parte dos procedimentos ligados à Clínica

⁶ Programação do curso e docente - 14 de Janeiro: Higiene Mental e a escola (Dr. Durval Marcondes); 15 de Janeiro: O nível intelectual da criança e sua significação no ajustamento e no desajustamento psíquicos (D. Maria Aparecida Barbosa); 17 de Janeiro: Papel do ambiente na higiene mental da criança. O ambiente escolar (D. Virgínia Leone Bicudo); 21 de Janeiro: Meios de profilaxia e assistência do ponto de vista mental. A Clínica de Orientação Infantil: sua organização e seu modo de funcionamento (Dr. Joy Arruda); 22 de Janeiro: O médico internista na clínica de orientação infantil (Dr. Armando de Arruda Sampaio); 23 de Janeiro: A psicologista na clínica de orientação infantil (Dra. Maria Rita Garcez Lobo); 24 de Janeiro – A visitadora psiquiátrica na clínica de orientação infantil (Dra. Lígia Alcântara do Amaral); 28 de Janeiro: A visitadora psiquiátrica na clínica de orientação infantil (continuação) (D. Lígia Amaral de Souza e Olinda Sampaio); 29 de Janeiro - O médico psiquiatra na clínica de orientação infantil (Dr. Mário Velez); 30 de Janeiro: Os métodos psicoterapêuticos e os problemas psíquicos das crianças (Dr. Joy Arruda); 31 de Janeiro: Escolas e classes especiais para deficientes mentais (DD. Maria Rita Garcia Lobo e Maria Aparecida Barbosa).

de Orientação Infantil, confirmando a proposta higienista e patologizante das condutas dos escolares, assim como a medicalização das mesmas. Importa assinalar e refletir sobre a influência que essas concepções e essas formas de atuação foram influenciando não só médicos e outros profissionais que atuavam nas Clínicas de Orientação Infantil, mas também aos professores e educadores em geral.

Em 30 de novembro de 1951, o Diário Oficial do Estado de São Paulo (DOE de 30/11/1951) publica a emenda nº 6 ao projeto de lei 1083, que reajusta os vencimentos de cargos do magistério e das psicologistas. Justifica-se que elas “fazem parte do quadro da secretaria da educação, quando deveriam ser do quadro do ensino”, que as funções de seu cargo são de ordem psicopedagógica e exigem formação especializada em nível superior, cabendo a elas (es): 1. Zelar pelo ajustamento escolar, colaborando para maior eficiência do ensino; 2. Realizar o estudo psicológico dos escolares que apresentem problemas de personalidade e conduta; 3. Realizar psicoterapia infantil; 4. Proceder a seleção de escolares; 5. Realizar pesquisas psicopedagógicas; 6. Organizar e orientar classes especiais para débeis mentais; 7. Dar orientação psicopedagógica aos pais e educadores em geral; 8. Dar aulas nos cursos de extensão cultural a médicos, assistentes sociais, professores primários e secundários; 8. Dar aulas para professores de classes especiais para débeis mentais; 9. Dar aulas para professores em grupos escolares; 10. Dar aulas em instituições de assistência social.

Esses dados parecem revelar aspectos interessantes e praticamente antagônicos nas funções dessas profissionais, pois, ao mesmo tempo em que, segundo o projeto, as psicologistas deveriam fazer parte do quadro dos profissionais do ensino, pois suas tarefas são de ordem psicopedagógica, a elas compete realizar o estudo psicológico dos escolares que apresentem problemas de personalidade e de conduta e a psicoterapia infantil. Isso nos leva a concluir que, para essas profissionais, os problemas de personalidade e de conduta parecem isolados do campo da aprendizagem ou do desenvolvimento e devem ser tratados com psicoterapia, porque foram patologizados e medicalizados, e não com ações psicopedagógicas. Pode-se constatar que o trabalho proposto às psicologistas complementa e se assemelha ao trabalho do médico, descolando o indivíduo da escola, já que em nenhum momento se propõe qualquer avaliação ou intervenção vinculada a seus atores, às relações interpessoais ou às condições de ensino. Vale lembrar que essas atribuições e esse modo de

atuar em psicologia educacional foi também moldando o profissional que viria a ser chamado de psicólogo, quando se deu a regulamentação dessa profissão.

Deve-se notar, também, que a proposta de trabalho da Secção de Higiene Mental Escolar, do Serviço de Saúde Escolar, da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo, envolveu muitos profissionais, de diferentes áreas, mas podemos considerá-la distante de qualquer modelo de trabalho interdisciplinar, não identificamos ações cooperativas para a superação das dificuldades “diagnosticadas”, que sempre isolavam, convém repetir, o escolar de sua escola e dos processos e funcionamentos nela presentes e determinantes de seus comportamentos.

Masini (1.981, p. 22) mostra-se em acordo com essa análise ao afirmar que, quando foi criada a assistência de Higiene Mental Escolar, desenvolvida nas Clínicas de Orientação Infantil, “através do atendimento psiquiátrico, neurológico, psicológico e fonoaudiológico ao escolar com problemas” seguia-se “uma linha essencialmente clínica”, de atendimento individual e dirigida por médicos de todas as especialidades, inclusive Psiquiatra.

Pode-se verificar que em nível nacional também já existia a demanda por esse profissional, tendo em vista que no mesmo ano (1951) foi encaminhado pedido de registro ao Ministério da Educação de um consultório de psicopedagogia. Esse dado aponta novamente para a mesma contradição, isto é, a atividade é de psicopedagogia, mas se faz em consultório e isolada da escola. Nessa ocasião, o Conselho de Ensino Superior manifesta-se sobre a conveniência de organizar a formação de psicólogos e regulamentar a profissão e sugere que a Associação Brasileira de Psicotécnica, a Universidade do Brasil pelo Instituto de Psicologia, assim como outras entidades e faculdades de Filosofia se pronunciassem a respeito (BRASIL, 1958).

Confirmado essas afirmações, vemos em matéria publicada em 1952 (DOE, 27/09/1952) que “as psicólogas encarregam-se do diagnóstico e tratamento de desajustamentos psíquicos da criança escolar. Procedem ao estudo de provas psicológicas para crianças e à sua aplicação e, depois do julgamento e da interpretação dos resultados, fazem o diagnóstico e se dedicam ao tratamento de desajustamentos psíquicos.” Em matéria de 1953 (DOE de 19/12/1953) vê-se, ainda, que “as psicólogas exercem atribuições atinentes à psicoterapia, na secção de higiene mental [...] e lhes] cabe estudar a personalidade dessa criança por meio da entrevista, do desenho, dos testes de inteligência e de personalidade, de jogos e outras técnicas expressivas e projetivas”.

Em notícia publicada em 1954 (DOE de 06/01/1954), podemos ler que, dadas as atribuições determinadas à Secção de Higiene Mental, foi organizada uma Clínica de Orientação Infantil, nos moldes das organizações norte-americanas, a fim de assistir os escolares psiquicamente desajustados. Nela o médico psiquiatra, o médico internista, a psicologista e a visitadora social psiquiátrica realizam o estudo clínico. O número de clínicas deste gênero em Chicago ascende aos milhares e elas ficaram plenamente consagradas justamente por fazer o estudo quádruplo de crianças (psiquiátrico, clínico, social e psicológico), em que os especialistas convergem seus esforços em prol da saúde mental da criança. A ação terapêutica da Clínica se faz sentir sobre a criança através da ação de cada um de seus quatro técnicos, isolada ou conjuntamente, após a conclusão do estudo quádruplo e é determinado, pelo psiquiatra, qual tipo de terapêutica e qual o profissional selecionado para executá-la.

Segundo a mesma matéria, cabe a psicologista a tarefa de fornecer todos os dados necessários à caracterização da personalidade da criança, determinação do nível intelectual, determinação das aptidões, habilidades e deficiências e todos os possíveis informes úteis à compreensão dinâmica dos problemas apresentados e estudados através das provas psicológicas (testes); cabe-lhe, ainda, a seleção de crianças para a organização e homogeneização das classes especiais para débeis mentais. Para a formação dessa profissional, são exigidos cursos superiores de nível universitário, em que o estudo da psicologia é procedido de modo intensivo em estágios em serviços clínico-psiquiátricos ou clínicas oficiais de orientação infantil.

Mais um elemento que nos traz informações sobre as atividades que as psicologistas desempenhavam é a ficha que deveriam preencher e que se encontra na mesma edição do Diário Oficial do Estado (11/01/1954) e está intitulada como Estudo Psicológico. Ela foi oficializada em 21 de dezembro de 1953 e dela constam os dados de identificação (nome, idade, sexo, cor, grau escolaridade); a queixa apresentada e problemas observados na clínica; o estudo da personalidade, com: 1. Nível intelectual (testes aplicados e sua interpretação), 2. Observação por meio de jogos, desenhos e histórias; 3. Comportamento: atitudes e reações em relação aos pais, irmãos, parentes, empregados, outras pessoas; acontecimentos familiares (nascimentos, mortes, mudanças etc), acontecimentos escolares, acontecimentos na comunidade, relativos às atividades de recreação, cinema, rádio, histórias, leituras, viagens,

passeios, coleções, etc, em relação aos esportes, ao trabalho (em casa, fora) e a outras atividades; hábitos; 4. Linguagem; 5. Tendências especiais; 6. Ideias; 7. Outras informações; 8. Outras provas. Em relação à situação escolar seguem os itens: a. Histórico, b. Verificação do aprendizado. Como itens finais aparecem: Resumo e interpretação da situação; Sugestões para solução dos problemas; Evolução.

Também na Clínica Psicológica da Prefeitura de São Paulo (1956) podemos encontrar atribuições e trabalhos semelhantes. À psicologista cabia a tarefa de diagnosticar e oferecer terapia às crianças encaminhadas pelas escolas e parques, mas não só, tinha também por propósito orientar educadores quanto aos aspectos psicológicos do desenvolvimento infantil e oferecer cursos, atingindo aqueles que exerciam funções administrativas e, portanto, mais distantes do trabalho direto com as crianças, porém não menos importantes para a sua educação. O Curso destinado aos dirigentes de Parques e Recreios Infantil é um exemplo: era composto por aulas sobre “personalidade, problema da normalidade, liderança e sobre desenvolvimento motor, da linguagem, social, sexual, intelectual, moral da criança” (PMSP, SME, Setor de Psicologia, 1959).

Diferentemente das condições políticas autoritárias e antidemocráticas acima mencionadas, o Brasil do governo Juscelino Kubitscheck, principalmente na segunda metade dos anos 50, foi marcado por crescentes índices de desenvolvimento econômico. Um governo otimista, definido em um Programa de Metas para o desenvolvimento nas áreas de energia, transportes, alimentação, indústria de base, educação e, para completar, na construção de Brasília.

O governo de Juscelino, em sua política econômica, combinou os interesses do Estado, a empresa privada nacional e o capital estrangeiro, assumindo abertamente a necessidade de atrair esses capitais, facilitando os investimentos na indústria automobilística, transportes aéreos e estradas de ferro, eletricidade e aço. Com isso assegurou, nesses anos, a expansão das aplicações dos conhecimentos psicológicos, que foram se distinguindo claramente da Psiquiatria e da Pedagogia e ampliando seu campo para atender aos problemas de ajustamento individual, considerados agravados nessa época de mudanças sociais muito rápidas. São criados os cursos de especialização em Psicologia Clínica e Psicologia Educacional na Universidade de São Paulo (USP).

Preocupados com o aumento constante e com o modo como as atividades em Psicologia vinham sendo realizadas, diversos profissionais

que trabalhavam na área se organizaram em associações, o que favoreceu e fortificou o movimento para a regulamentação da profissão de psicólogo. Destacam-se a Sociedade Brasileira de Psicologia e a Associação Brasileira de Psicotécnica (Psicologia Aplicada), ambas com sede no Rio e filiadas às entidades internacionais de seus respectivos títulos, assim como a Associação Paulista de Psicologia e a Associação Brasileira de Psicólogos, com sede em São Paulo. Essa última expressa claramente essa preocupação no objetivo que coloca em seu estatuto: desenvolvimento da Psicologia como ciência, profissão e meio de promover o bem-estar humano (DOE de 09/11/1954).

Em 1957, havia mais de mil pessoas ocupadas em serviços psicológicos, de Organização Escolar, Orientação Educacional, Organização do Trabalho, Seleção de Pessoal, Reajustamento de Menores, Publicidade e Serviço Social.

Neste mesmo ano houve a criação do Curso de Psicologia, em nível de graduação, na Faculdade Filosofia, Ciências e Letras da USP, por meio de Lei estadual. Por outro lado, a Comissão de Ensino Superior do Ministério da Educação e Cultura, tendo como relator Lourenço Filho, encaminha ao Ministério da Educação e Cultura parecer e anteprojeto sobre os cursos de formação em psicologia e a regulamentação da profissão de psicologista.

Em 1958, foi apresentado o Projeto de Lei 3825 – “O Projeto dos Psicologistas” – apoiado pela Associação Brasileira de Psicotécnica. Um substitutivo foi apresentado pela Associação Brasileira de Psicólogos (ABP) e Sociedade de Psicologia de São Paulo (SPSP), destacando a necessidade de inclusão do exercício profissional em psicologia clínica. A tramitação do projeto prosseguiu em meio à movimentação de um grupo de médicos contrários à atuação em psicologia clínica⁷.

Na exposição de motivos sobre o pedido de regulamentação da profissão, nº 112/58, publicada nos Arquivos Brasileiros de Psicotécnica (nº1, 1960, p.97) e encaminhada ao Presidente da República, Juscelino Kubitschek, pelo Ministro da Educação Clóvis Salgado, lê-se:

“Atendendo às exigências do desenvolvimento econômico, rapidamente está o ensino superior do país assumindo um novo espírito, mediante a organização e reorganização de numerosos cursos de preparação tecnológica. Ocorre, no entanto, que as transformações da vida social

⁷ Podemos acompanhar essa disputa até os dias de hoje. Ela reaparece com muita frequência, como podemos verificar por meio do Parecer Alcântara Carbenite, em 1973, pelo Projeto Julianelli em 1980 e pelo Projeto denominado de Ato Médico em 2002.

resultantes da industrialização vêm, por igual, impondo a criação de novos ramos de atividades, inclusive dos que demandam estudos de aplicação das ciências humanas. Entre esses, destacam-se os de aplicação de psicologia. Até agora [...] nenhum curso propriamente especializado já se regulamentou em lei destinado a formação específica de psicólogistas, ou de trabalhadores da psicologia aplicada [...] na orientação e seleção profissional, na psicotécnica objetiva ou organização racional das operações fabris, na administração e nas relações humanas em geral [...]. A preparação vem se impondo como imperativo das mudanças técnicas de organização das empresas, como o comprova a existência de numerosos serviços da espécie, mantidos por organizações particulares ou abertos ao público, para a solução de problemas gerais de desajustamento individual [...] Essa situação [...] vem reclamando a preparação de pessoal com elevado *status* científico e ético, em relação à qual os poderes públicos não podem manter-se indiferentes”.

Em 27 de agosto de 1962 é promulgada a Lei nº 4.119, oficializando a formação e a atuação profissional nas modalidades Educacional, Clínica e Trabalho. O Parecer nº 403 de dezembro de 1962 estabelece o currículo mínimo do curso e o Decreto 53.464/1964 regulamenta a Lei nº 4119. Por essas Leis, que regem a profissão, podemos constatar que a regulamentação da profissão e o currículo estabelecido para a formação profissional seguia a tendência de trabalho assemelhado ao do médico, de avaliação, diagnóstico e tratamento de comportamentos considerados desajustados e, no caso da Psicologia Educacional, sem qualquer vinculação à escola. Processos de medicalização e patologização das dificuldades de escolarização podem ser verificados, mas associados à reprovação, ao fracasso e consequente abandono de crianças e jovens da escola, por serem considerados incapazes.

Masini (1981, p.22) afirma que durante as décadas seguintes à criação das Clínicas de Orientação Infantil, os técnicos desses serviços observaram a frequência crescente dos encaminhamentos motivados pelo “mau aproveitamento escolar”. Assim, com oferta limitada e alta procura, os psicólogos das clínicas buscaram “uma nova linha de atuação que pudesse permitir maior abrangência às suas programações.”

Em acordo com Masini (1981), direcionados por um modelo educacional no planejamento das suas atividades, os psicólogos construíram, na programação da Higiene Mental, uma linha da Psicologia Escolar, com dois projetos que contribuíram para o trabalho em psicologia escolar no estado de São Paulo.

O primeiro se deu em 1974 e foi: “um projeto com a participação de 100 estagiários da PUC (SP), que se substituíram durante todo o ano em turmas de 20 alunos, junto a 8 escolas da então 2^a Delegacia de Ensino” (Masini, 1981, p.23). Priorizando as 1^a séries “o projeto seguiu os seguintes passos: caracterização da Escola; caracterização da classe; caracterização de alunos; proposição ao professor para a solução de problemas ou dificuldades; assistência ao professor na abordagem dos problemas ou dificuldades e adoção de medidas; identificação e encaminhamento de escolares necessitados de atendimento especializado”, junto às clínicas de orientação infantil. Havia integração dos estagiários da escola e profissionais das clínicas no acompanhamento dos casos, com a troca de informações por meio de relatórios e, também, nas reuniões periódicas com a participação da coordenação do setor clínico e da coordenação do projeto de psicologia escolar, professora Elcie Masini.

Em 1975, ocorreu o segundo projeto de psicologia escolar com a participação dos estagiários da PUC (SP) e das Faculdades São Marcos (SP), do quinto ano do curso de psicologia. Foi atendida uma escola da 8^a delegacia de ensino. Além do trabalho realizado no ano anterior, incluiram-se neste projeto os objetivos: “definir as atribuições do psicólogo escolar; sistematizar as atividades de estágio em Psicologia Escolar na Seção de Higiene Mental” (Masini, 1981, p.24).

Do plano de trabalho proposto por Masini (1981, p. 24-26) constavam: reuniões de planejamento entre as psicólogas⁸ Seção de Higiene Mental com a professora responsável pelo projeto; levantamento bibliográfico; redação de uma lista de atribuições da psicóloga escolar; escolha das atividades em Psicologia Escolar a serem desenvolvidas na Seção de Higiene Mental; entrosamento da psicóloga com a diretora da Escola Estadual onde o projeto seria realizado; reunião de membros da Seção de Higiene Mental Escolar com o diretor da Seção, com as psicólogas atuantes no projeto, a professora de Psicologia e de estagiários, assinalando o início dos estágios; reunião com o pessoal da Escola Estadual de 1º Grau envolvido no projeto, especialmente diretora e professores e a psicóloga com a finalidade de introduzir os estagiários na Escola; visita dos estagiários ao referido Estabelecimento de Ensino; visita

⁸ Masini (1981) também se refere sempre a psicóloga ou psicólogas utilizando o feminino. Esse fato pode e deve ser alvo de estudo mais aprofundado, a fim de entendermos como e porque a Psicologia é hoje uma profissão feminina.

dos estagiários à Clínica de Orientação Infantil da Seção de Higiene Mental instalada na escola e com a qual terão estreito relacionamento; reunião dos estagiários com a psicóloga supervisora, para a divisão dos estagiários por períodos e classes; observação da Escola pelos estagiários em sala de aula, recreio ou qualquer outra situação; levantamento das necessidades prioritárias da escola pelos estagiários, especialmente em nível de classe, quanto aos aspectos psicológicos do processo ensino-aprendizagem e/ou da adaptação individual e social para auxiliar as professoras no seu trabalho diário com os alunos; fichamento dos alunos envolvidos na assistência dos estagiários à Escola; elaboração pelos estagiários de projetos em procurarão definir o problema ou os problemas a trabalhar, com justificativa teórica e prática dos problemas, as estratégias adotadas, um cronograma das atividades e os critérios de avaliação; desenvolvimento das atividades de acompanhamento psicológico aos professores e alunos (orientações, treinamentos, participações em reuniões da escola, triagem e encaminhamento de alunos, contatos com pais de alunos, etc.); supervisões semanais pela professora de psicologia e supervisões quinzenais individuais pela psicóloga da Seção de Higiene Mental na Escola Estadual de 1º Grau, além de supervisões mensais do grupo de estagiários com a Professora de Psicologia e as psicólogas da SHM; reuniões das psicólogas da SHM; reuniões mensais da psicóloga de nível sub-regional da Seção de Higiene Mental com a professora de Psicologia; apresentação, pelos estagiários, de relatórios mensais que contenham um levantamento de suas atividades segundo um boletim fornecido pela Seção de Higiene Mental, e nas diferentes ocasiões o seu planejamento ou o desenvolvimento de seu trabalho; reuniões de avaliação semestral; redação dos relatórios e apresentação dos mesmos à direção da Seção de Higiene Mental.

Pelo projeto de trabalho desenvolvido, Masini (1981) mostra claramente as diferenças entre as propostas anteriores, em vigor na SEDUC-SP e as suas. Seu projeto já apresentava uma proposta de ação da psicologia que considerava o trabalho de todos os segmentos envolvidos, tanto no Serviço de Higiene Mental como na escola, para a reflexão e solução das dificuldades. Ela anunciava, portanto, o rompimento com a exclusividade do modelo clínico, que até hoje direciona muitos trabalhos das (os) psicólogas (os) escolares.

Pode-se dizer que o Projeto de Psicologia Escolar da Prefeitura de São Paulo (1975) também nasceu da discussão e avaliação da prática clínica desenvolvida pelos psicólogos e que, de certa forma, confrontava

o encaminhamento dado pela psicologia às questões escolares à época, colocando-se ao lado dos questionamentos que passaram a ser feitos em relação à profissão de psicólogo.

Pela reforma administrativa da Secretaria da Educação, que se deu em 29 de janeiro de 1976, por meio do Decreto nº 7.510, foi criado o Departamento de Assistência ao Escolar (DAE), composto pela Divisão de Estudos, Normas e Programas em Assistência Médica (DENPAM); Divisão de Estudos, Normas e Programas em Nutrição (DENPEN); Divisão de Estudos, Normas e Programas em Assistência Odontológica (DENPAO).

Na divisão de Assistência Médica foram constituídas três Equipes Técnicas: assistência médica, higiene mental e educação em saúde, responsáveis pelo planejamento, execução e avaliação de seus respectivos programas.

Assim, a partir dessa data, as atividades de Psicologia Escolar passaram a fazer parte da área da Psicologia na Equipe Técnica de Higiene Mental. Para o planejamento do ano de 1977 a Equipe de Higiene Mental, com apoio da direção do Departamento, optou por “investir quase a totalidade do recurso humano *psicólogo* nas atividades da Psicologia Escolar, com o esvaziamento do setor clínico”, como afirma Masini (1981, p.27). Foi mantida uma Clínica de Orientação Infantil, com dois psicólogos.

O ano de 1977, de acordo com Masini (1981), foi o de maior abrangência em psicologia escolar. A autora refere-se ao projeto Avaliação de Prontidão do Aluno. Participaram estagiários da Universidade de São Paulo (USP) e do Instituto Metodista de Ensino Superior (IMES), nas escolas das quatro Delegacias de Ensino da Divisão Regional de Ensino da Capital-3 (DRECAP-3). Participaram 14 psicólogos da equipe de higiene mental: um na DRECAP-3; 10 nas 4 Delegacias de Ensino e 3 psicólogos na Equipe Técnica, de nível Central.

De acordo com a mesma autora (1981, p. 28-30), “o projeto seguiu as seguintes etapas: a) caracterização da área de ação psicológica feita em 1976 pelos psicólogos da Seção de Higiene Mental (10 psicólogos aproximadamente); b) treinamento de estagiários na primeira quinzena de fevereiro, que constou de uma visão da Estrutura da Secretaria e do Departamento e visão do Programa e Projeto a ser executado; c) treinamento de professores na segunda quinzena de fevereiro, para aplicação do Teste

Metropolitano, feito pelos estagiários, com supervisão dos psicólogos da Higiene Mental; d) ainda na segunda quinzena de fevereiro fez-se a avaliação dos testes Metropolitanos e elaborou-se o perfil das classes.

A partir da avaliação citada surgiram as seguintes proposições: remanejamento de alunos, no sentido de homogeneizar as classes; adoção de um recurso que se considerou válido, para alunos de mau prognóstico: Lendo e Escrevendo, da Profa. Geraldina Witter, que assessorou a aplicação do recurso (Masini, 1981, p.30).

Os professores foram acompanhados pelo estagiário, que teve supervisão de um dos psicólogos da Delegacia de Ensino. Os casos que necessitavam de atenção especializada foram encaminhados às Clínicas de Orientação Infantil e, caso as clínicas não dispusessem do serviço necessário, encaminhavam para outros recursos da comunidade.

De modo geral, definir o papel do psicólogo escolar foi a pauta de professores e pesquisadores, nos anos 1970, momento de análise e crítica da psicologia científica e sobretudo do significado da sua aplicação ao processo social. Com marcante influência do pensamento marxista, a crítica ao papel desempenhado pelo psicólogo até o momento buscou esclarecer o compromisso social e histórico da psicologia, desnaturalizar seus saberes e buscar a identidade desse profissional (Mello, 1978). Esse pensamento está expresso também na crítica que se instalou na educação, com o pensamento de Paulo Freire⁹, que foi referência para a reflexão sobre a necessidade e importância da democratização da escola, objetivo da psicologia escolar crítica.

Portanto, o final da década de 1970 configurou-se como um momento no qual a psicologia e a educação envolveram-se com a resistência à ditadura e com a luta por liberdades democráticas. Foi no governo do General João Batista Figueiredo, Presidente do Brasil entre 1979 a 1985, que a Lei da Anistia (1979) foi aprovada pelo Congresso Nacional, possibilitando a volta dos exilados políticos, fenômeno que acirrou as reflexões sobre essas questões e permitiu a construção de novas perspectivas científicas e profissionais para esse profissional, trabalho a ser mostrado em outro momento.

⁹ Paulo Freire ficou exilado do país (1964-1979), mas seu pensamento e publicações, mesmo em língua espanhola, chegavam ao Brasil, como foi o caso de *Pedagogia do Oprimido*.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, M. A. M. **A Psicologia no Brasil** – leitura histórica sobre sua constituição. São Paulo: Unimarco/ EDUC, 1999.
- ANTUNES, M. A. M. A Psicologia no Brasil no século XX: desenvolvimento científico e profissional. In: MASSIMI, M.; GUEDES, M. C. (Orgs.). **História da Psicologia no Brasil** – novos estudos. São Paulo: EDUC/Cortez, 2004. p. 109-152.
- ANTUNES, M. A. M. A consolidação da psicologia no Brasil (1930-1962): sistematização de dados e algumas aproximações analíticas. **Psicologia da Educação**, São Paulo, v. 22, p. 79-94, 1º sem. de 2006.
- ANTUNES, M. A. M. Psicologia Escolar e educacional: história, compromissos e perspectivas. **Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional (ABRAPEE)**, v. 12, nº 2, p. 469-475, julho-dezembro de 2008.
- ANTUNES, M. A. M. Psicologia e educação no Brasil: uma análise histórica. In: AZZI, R. G.; GIANFALDONI, M. H. T. A. (Orgs.) **Psicologia e Educação**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2011. p. 9-32.
- BARBOSA, D. R. **Estudos para uma história da Psicologia Educacional e Escolar no Brasil**. Tese de Doutoramento, Programa de Pós-Graduação em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano, Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.
- BOARINI, M. L. (Org.) **Higiene e raça como projetos** – higienismo e eugenismo no Brasil. Maringá, PR: EDUEM, 2003.
- BRASIL. DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL 4/8/1958. A formação de psicólogos no Brasil, **Arquivos Brasileiros de Psicotécnica**, 11 (3-4): 87-112, 1959.
- BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Lei 4.119 de 27 de agosto de 1962**. Dispõe sobre os cursos de formação em psicologia e regulamenta a profissão de psicólogo. Brasília: DF, 1962. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/l4119.htm> Acesso em: 07 de nov. 2022.
- CENTOFANTI, R. Os laboratórios de psicologia nas escolas normais de São Paulo: o despertar da psicométrica. **Revista Psicologia da Educação** n.22 São Paulo: jun. 2006. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-69752006000100003

CENTOFANTI, R. & TOMASINI, M. B. (2014) O livro dos Cem Anos do Laboratório de Psicologia Experimental da Escola Normal Secundária de São Paulo:1914 - 2014. São Paulo: 2014

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA & GRUPO INTERINSTITUCIONAL QUEIXA ESCOLAR. Medicinalização de Crianças e Adolescentes – conflitos silenciados pela redução de questões sociais a doenças de indivíduos. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2010.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA & CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA SP (org.). Exposição 50 anos da Psicologia no Brasil: A história da psicologia no país. CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA 6ª Região. São Paulo: CRPSP, (2013).

ESTADO DE SÃO PAULO. Diário Oficial do Estado de São Paulo de 05/02/1929, p. 1232. Disponível em: [http://www.imprensaoficial.com.br/DO/BuscaDO2001Documento_11_4.aspx?link=%2f1929%2fdiario%2520oficial%2f fevereiro%2f05%2fpag_1232_3U651E1TPKMN0e22T-9SJ215PHND.pdf &paginaordenacao=101232](http://www.imprensaoficial.com.br/DO/BuscaDO2001Documento_11_4.aspx?link=%2f1929%2fdiario%2520oficial%2f fevereiro%2f05%2fpag_1232_3U651E1TPKMN0e22T-9SJ215PHND.pdf &pagina=1232&data=05/02/1929&caderno=Di%C3%A1rio%20Oficial& paginaordenacao=101232). Acesso 21/10/2022.

ESTADO DE SÃO PAULO. Diário Oficial do Estado de São Paulo de 05/09/1929, p.1232. Disponível em: http://www.imprensaoficial.com.br/DO/BuscaDO2001Documento_11_4.aspx?link=%2f1929%2fdiario%2520oficial%2f fevereiro%2f05%2fpag_1232_3U651E1TPKMN0e22T-9SJ215PHND.pdf &pagina=1232&data=05/02/1929&caderno=Di%C3%A1rio%20Oficial& paginaordenacao=101232. Acesso em: 21/10/2022.

ESTADO DE SÃO PAULO. Diário Oficial do Estado de São Paulo de 12/09/1933, p. 2 de 48. Disponível em: http://www.imprensaoficial.com.br/DO/BuscaDO2001Documento_11_4.aspx?link=%2f1933%2fdiario%2520oficial%2f setembro%2f12%2fpag_0002_0M8KBHFDF6MKHeCJ7FO7FD57KQ2.pdf&pagina=2&data=12/09/1933&caderno=Di%C3%A1rio%20Oficial& paginaordenacao=100002. Acesso em 22/10/2022.

ESTADO DE SÃO PAULO. Diário Oficial do Estado de São Paulo de 05/01/1939, p. 3 de 64. Disponível em: http://www.imprensaoficial.com.br/DO/BuscaDO2001Documento_11_4.aspx?link=%2f1939%2fdiario%2520oficial%2f janeiro%2f05%2fpag_0003_5L85B5HD26MQ4e2BNJ55TK6Q-F7B.pdf &pagina=3&data=05/01/1939&caderno=Di%C3%A1rio%20Oficial& paginaordenacao=100003. Acesso em: 07/12/2022.

ESTADO DE SÃO PAULO. **Diário Oficial do Estado de São Paulo de 23/05/1948**, p. 24 de 136. Disponível em: http://www.imprensaoficial.com.br/DO/BuscaDO2001Documento_11_4.aspx?link=%2f1948%2fsuplemento%2fexecutivo%2f_maio%2f23%2fpag_0024_0J14OKQVGTSKPe1C8FB-JB7P54E5.pdf&pagina=24&data=23/05/1948&caderno=Suplemento%20-%20Executivo&paginaordenacao=100024.

ESTADO DE SÃO PAULO. **Diário Oficial do Estado de São Paulo de 16/10/1946**, p. 1 de 16. Disponível em: http://www.imprensaoficial.com.br/DO/BuscaDO2001Documento_11_4.aspx?link=%2f1946%2fexecutivo%2foutubro%2f22%2fpag_0001_7JEGU1K7T2F0QeCJGOLN0SCO0UN.pdf&pagina=1&data=22/10/1946&caderno=Executivo&paginaordenacao=100001

ESTADO DE SÃO PAULO. **Diário Oficial do Estado de São Paulo de 30/11/1951**, p.32 de 80. Disponível em: http://www.imprensaoficial.com.br/DO/BuscaDO2001Documento_11_4.aspx?link=%2f1951%2fexecutivo%2fnovembro%2f30%2fpag_0032_7G3J5RL6QRR1LeET81CF3AL46VR.pdf&pagina=32&data=30/11/1951&caderno=Executivo&paginaordenacao=100032

ESTADO DE SÃO PAULO. **Diário Oficial do Estado de São Paulo de 27/09/1952**, p. 62 de 96. Disponível em: https://www.imprensaoficial.com.br/DO/BuscaDO2001Documento_11_4.aspx?link=%2f1952%2fexecutivo%2f_setembro%2f27%2fpag_0062_2N31588POSAU9e1UMTQO60LS-F1V.pdf&pagina=62&data=27/09/1952&caderno=Executivo&paginaordenacao=100062

ESTADO DE SÃO PAULO. **Diário Oficial do Estado de São Paulo de 19/12/1953**, p. 32 de 52. Disponível em: https://www.imprensaoficial.com.br/DO/BuscaDO2001Documento_11_4.aspx?link=%2f1953%2fexecutivo%2f_dezembro%2f19%2fpag_0032_20L8C3TB7H7FHe7ENKD48RMR-6LQ.pdf&pagina=32&data=19/12/1953&caderno=Executivo&paginaordenacao=100032

ESTADO DE SÃO PAULO. **Diário Oficial do Estado de São Paulo de 06/01/1954**, p. 56 de 88. Disponível em: https://www.imprensaoficial.com.br/DO/BuscaDO2001Documento_11_4.aspx?link=%2f1954%2fexecutivo%2fjaneiro%2f06%2fpag_0057_8KP3KAOL0740IeBOVC9C10HS4O7.pdf&pagina=57&data=06/01/1954&caderno=Executivo&paginaordenacao=10005

ESTADO DE SÃO PAULO. **Diário Oficial do Estado de São Paulo de 09/11/1954**, p. 79 de 80. Disponível em: http://www.imprensaoficial.com.br/DO/BuscaDO2001Documento_11_4.aspx?link=%2f1954%2fexecutivo%2fnovembro%2f09%2fpag_0079_A4EPGKTRCKB86e81O9QTHI72BD9.pdf&pagina=79&data=09/11/1954&caderno=Executivo&paginaordenação=100079.

ESTADO DE SÃO PAULO. **Decreto nº 7.510, de 29 de janeiro de 1976.** Reorganiza a Secretaria de Estado da Educação.

ESTADO DE SÃO PAULO. Secretaria de estado da Educação. **Plano Estratégico 2019-2022** - Educação para o Século XXI. São Paulo: SEDUC, 2019. Disponível em: https://www.educacao.sp.gov.br/wp-content/uploads/2019/07/plano-estrategico2019-2022-seduc_compressed.pdf. Acesso em: 28 fev. 2023.

BRASIL. DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL 4/8/1958. A formação de psicólogos no Brasil, **Arquivos Brasileiros de Psicotécnica**, 11 (3-4): 87-112, 1959).

GATTI, B. A. **Diagnóstico, problematização e aspectos conceituais sobre a formação do magistério** (Subsídios para o delineamento de políticas na área). Consed, Brasília, DF, n.1, 1996.

GATTI, B. A. Análise das Políticas Públicas para formação continuada no Brasil, na última década. **Revista Brasileira de Educação**, v. 13, p. 57-70, 2008.

MARCONDES, D. B. **Noções Gerais de Higiene Mental da Criança**. São Paulo: Martins Editora, 1946.

MASINI, E. S. **Ação da Psicologia na Escola**. 2^a ed. ampl. São Paulo: Moraes, 1981.

MASSIMI, M. **História dos saberes psicológicos**. São Paulo: Paulus, 2016.

MELLO, S. L. (1978) **Psicologia e profissão em São Paulo**. São Paulo: Ática, 1978.

MOYSÉS, M. A.; COLLARES, C. Dislexia e TDAH: uma análise a partir da ciência médica. In: CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA & GRUPO INTERINSTITUCIONAL QUEIXA ESCOLAR. **Medicalização de Crianças e Adolescentes – conflitos silenciados pela redução de questões sociais a doenças de indivíduos**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2010, p. 71- 110.

PATTO, M. H. S. **A produção do fracasso escolar:** histórias de submissão e rebeldia. São Paulo: T. A. Queiroz, 3a. reimpressão, 1993.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO, Secretaria da Educação e Cultura & Setor de Psicologia. **Curso destinado aos dirigentes de Parques e Recreios Infantis.** São Paulo: PMSP, 1959.

SOUZA, M. P. R. **A queixa escolar e a formação do psicólogo.** Tese de doutoramento não publicada. Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.

TAVERNA, C. S. R. **Um Estudo Histórico sobre a Psicologia Escolar na Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura de São Paulo.** Tese de doutoramento não publicada, Programa pós-graduado em Psicologia Social, Pontifícia Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil, 2003.

TAVERNA, C. S. R. **Entre a Saúde e a Educação: o caso do Serviço de Psicologia Escolar da Prefeitura Municipal de São Paulo (1975 – 1989).** Pós Doutorado. Programa pós-graduado em Psicologia Social, Pontifícia Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil, 2009.

VIÉGAS, L.S; ANGELUCCI C.B. (Orgs.). **Políticas Públicas em Educação & Psicologia Escolar.** 1a.ed.São Paulo: Casa do Psicólogo, 2006.